



SENADO EM CRISE

Antonio Carlos tenta impor diante dos senadores a tese de que agiu por "razões de Estado" ao rasgar a lista de votação e não divulgar a fraude do painel. Especialistas dizem que isso não passa de uma cortina de fumaça

Discurso destaca defesa do Senado

Da Redação

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) recorreu à ironia e à alternância de tempos verbais para tentar convencer seus pares de que não incorreu em deslize administrativo ao obter a lista com os votos dos demais senadores, mas teria cometido, isto sim, um gesto de grandeza ao destruí-la para preservar o bom nome do Senado. Ao tentar

retirar a discussão jurídico-administrativa sobre a quebra do sigilo da votação para o terreno moral ou ético, lançando dúvidas sobre os fatos narrados pelos demais envolvidos no episódio, ACM quis impor suas versões de que agiu por "razões de Estado", numa aposta no corporativismo que poderia aflorar em um ambiente político.

O advogado Luiz Carlos Alcoforado diz que ACM montou uma linha de defesa com o objetivo de

descaracterizar a infração de quebra de sigilo e colocar a discussão no plano ético ou moral. Ou seja, a meta era minimizar os elementos objetivos do caso e apelar para a subjetividade de cada julgador. "Ele quis criar uma linha de defesa, uma blindagem para desacaracterizar uma infração administrativa, que poderia lhe causar sanções administrativas, como advergência, suspensão ou cassação do mandato. O cenário foi montado

para que se averigüassem o tipo de infração que ele teria cometido. Infração ética? Infração moral? Que sanções, então, se aplicariam a uma infração ética ou moral?", pergunta Alcoforado. Na sua opinião, mesmo a nuvem de fumaça desses argumentos será insuficiente para afastar, entre os demais senadores, a percepção da infração administrativa cometida.

A professora Denize Elena Garcia da Silva, do Departamento de

Lingüística da Universidade de Brasília (UnB), destaca a ironia como principal recurso de ACM. "O que predomina no discurso de ACM é a ironia, que ele usa como recurso retórico. Ela, a ironia, é usada nos chamados dois mundos, o narrado e o comentado. No narrado, o senador se utiliza do futuro do pretérito e refere-se ao depoimento da ex-diretora do Prodases (Regina Borges)", diz a professora, especialista em análise

do discurso. Um exemplo: a construção "ela teria". "No comentado, o senador usa o tempo presente. Nesse último momento, ele deixa claro que quer convencer alguém, no caso os senadores do Conselho de Ética". Um exemplo de frase de ACM deste tipo: "Prestem atenção às qualificações porque isso é importante, para que os senhores possam fazer um julgamento próprio do que estamos tratando".

Joedson Alves/AE



RUBENS APPRATO: "ULTRAJADO" COM O DEPOIMENTO DE ACM